

Para Bom Entendedor Meia Palavra Basta

Conversa com José Cardoso

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.49.7>

Sílvia Vieira

Casa de José Cardoso, Maputo, abril de 2010

José Cardoso (1930–2013) nasce em Portugal e vai viver para Moçambique com 8 anos de idade. Na cidade da Beira, ainda durante o período colonial, filma três curtas metragens *O Anúncio* (1966), *Raízes* (1968) e *O Pesadelo* (1969). Em 1976, vai trabalhar para o Instituto Nacional de Cinema (INC), com a prioridade de abrir uma delegação na Beira, onde cria uma unidade de cinema móvel. Já em 1978 vai para Maputo e participa na produção do jornal cinematográfico *Kuxa Kanema*. É autor dos documentários *Que Venham* (1981), *Canta Meu Irmão... Ajuda-me Cantar* (1982), *Búzi, As Duas Margens de um Rio* (1983) e a *Batalha Económica* (1983), assim como dos filmes de ficção *O Papagaio* (1982), *Frutos da Nossa Colheita* (1984) e *10 Passos Para o Futuro* (1985). Em 1986, realiza a sua primeira longa

Sílvia Vieira, Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve, Faro, Portugal sivieira.vieira@gmail.com

Como citar: Vieira, S. (2022). Para bom entendedor meia palavra basta: Conversa com José Cardoso. In A. C. Pereira & R. Cabecinhas (Eds.), *Abrir os gomos do tempo: Conversas sobre cinema em Moçambique* (pp. 103–106). UMinho Editora; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.49.7>

metragem de ficção, *O Vento Sopra do Norte*, com o INC. Juntamente com Camilo de Sousa, Isabel Noronha, Leite de Vasconcelos, Paulo de Sousa, e o jornalista José Quatorze, forma a Coopimagem onde realiza os documentários *Mais Largo e Mais Fundo* (1990), *Os Sinaleiros* (1992), *O Nosso Ambiente* (1998), e as ficções *A Mosca do Vizinho*, *A Carta*, e *O Madeireiro* (2000). Pouco depois, desiludido com a política para o cinema em Moçambique, José Cardoso retira-se. Esta entrevista exploratória reflete esse desencantamento.

Sílvia Vieira (SV) – José, em que ano foi convidado para ingressar no Instituto Nacional de Cinema?

José Cardoso (JC) – Ingressei no Instituto Nacional de Cinema em 1976, a convite do então diretor, Américo Soares.

SV – Quando aceitou esse desafio, quais eram os seus principais objetivos para o INC?

JC – Para o instituto, ajudar a consolidá-lo e a crescer na produção cinematográfica. Para mim, pessoalmente, a oportunidade de crescer com ele, e trabalhar como profissional.

SV – A partir de 1986 considera-se que o INC entrou num período de “decadência”. Concorda com essa afirmação? Em linhas gerais, o que mudou no instituto?

JC – Concordo. Entrou numa decadência provocada pelo poder político que tudo fez, segundo a minha opinião, para acabar com ele. O próprio incêndio, que acelerou o processo da sua morte anunciada, veio muito a propósito e a falta de inquérito sobre o que o teria motivado, é motivo suficiente para se especular sobre outras razões menos transparentes.

SV – Antes do incêndio do INC, em 1991, alguns profissionais de cinema já tinham saído do Instituto para abraçar outros projetos, alguns formaram as suas próprias produtoras, outros foram trabalhar

para a televisão ou como *freelancers*. Porque é que isso aconteceu? Já não constituía um desafio trabalhar no INC?

JC – Como para bom entendedor meia palavra basta... Neste caso específico, os meios termos ou indícios foram suficientes para nos alertar do desinteresse do poder político para continuar a apoiar um projeto que lhes fugia ao controle; porque nele trabalhavam pessoas com visões mais abrangentes sobre o que devia ser o papel do cinema no país, e com forte sentimento de independência e de liberdade intelectual. Esta é a minha opinião reforçada pelo diretor que nomearam para ficar à frente da instituição que, além de nada entender sobre o assunto, tinha sido antes agente superior da SNASP [Serviço Nacional de Segurança Popular]¹. Fomo-nos apercebendo de que o projeto “cinema” deixara de ser um desafio para quem nele trabalhava e... estrebuchava.

SV – Como, quando e porque é que o José saiu do Instituto Nacional de Cinema?

JC – Pelos motivos que mencionei atrás, tomei a iniciativa, a primeira no país, de reunir alguns colegas e amigos ligados ao cinema e outras artes, e propor-lhes a constituição de uma cooperativa para a produção de filmes temáticos e de publicidade. Além de mim, fizeram parte dessa cooperativa como sócios, a que demos o nome de Coopimagem, os meus filhos, o Camilo de Sousa e o irmão Paulo, a Isabel Noronha, o Leite de Vasconcelos, o José Quatorze e o Eduardo Gujaral, estes últimos na qualidade de jornalista e contabilista. Tivemos que esperar cerca de 1 ano para que o projeto fosse aprovado e autorizado o seu licenciamento.

SV – Quando fez *O Vento Sopra do Norte*, produzido pelo INC, foram-lhe feitas sugestões quanto ao tema? Sentiu-se condicionado ao longo do seu trabalho?

¹ Foi um serviço paramilitar e de inteligência do governo de Moçambique, desde a independência em 1975, até 1991, quando foi substituído pelo Serviço de Informações e Segurança do Estado.

JC – Não. O tema marca uma época que vivi e que me marcou. O avanço da luta armada e a fuga precipitada dos colonos para Portugal e para a África do Sul, sem razão que a justificasse. Da minha família que vivia distribuída por Lourenço Marques e Beira e que era numerosa, só nós ficamos: eu, a minha mulher e os meus três filhos, que nasceram todos cá.

SV – **Considera que o Ruy Guerra teve influência na forma como se filma em Moçambique? O que retiraram os moçambicanos da sua passagem e do seu trabalho no INC?**

JC – Não considero que o Ruy Guerra tenha tido alguma influência na cinematografia moçambicana. Ele, pelo que me apercebi, apresentava-se como conselheiro dos altos dirigentes da área, o ministro da informação e da própria direção do instituto relativamente à organização da produção.

SV – **E quanto a Jean-Luc Godard e a Jean Rouch, o que pensa da presença deles em Moçambique, numa época em que acaba de nascer o cinema moçambicano? Deixaram algum tipo de marca?**

JC – Se deixaram, dela pouco me apercebi. As suas passagens foram meteóricas.

SV – **Como é que o José olha para o cinema de ficção hoje?**

JC – Subordinado aos temas da educação e da saúde, que são as áreas que dispõem de dinheiro, através de organizações não governamentais. Ainda não existe um cinema moçambicano verdadeiramente livre, criativo.